

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2017	2016		2017	2016	
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixas	4	8.503.655	4.031.621	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas de receber	5	4.459.551	7.416.811	(Déficit) superávit do exercício	(4.260.330)	84.602	
Estoque	6	2.786.174	2.915.817	Ajustado por:			
Adiantamento a fornecedores		34.103	178.509	Depreciação e amortização	35.820	4.438	
Despesas antecipadas		285.824	-	(Déficit) superávit do exercício ajustado	(4.224.510)	89.040	
Outros ativos circulante		273.167	185.120	Variações nos ativos e passivos			
		16.342.474	14.727.878	Contas de receber	2.957.260	(7.416.811)	
Imobilizado	7	408.514	165.335	Estoque	129.643	825.058	
Subvenções a realizar	7	(408.514)	(165.335)	Adiantamento a fornecedores	144.406	(178.509)	
		-	-	Despesas antecipadas	(285.824)	-	
		-	-	Outros ativos circulante	(88.047)	(130.134)	
TOTAL DO ATIVO		16.342.474	14.727.878	Fornecedores	(1.951.296)	3.395.368	
Passivo e patrimônio líquido							
CIRCULANTE							
Fornecedores	8	2.377.411	4.328.707	Honorários médicos	1.494.820	1.056.325	
Honorários médicos	9	3.666.979	2.172.159	Obrigações sociais e trabalhistas	2.256.655	3.153.227	
Obrigações sociais e trabalhistas	10	5.857.279	3.600.624	Obrigações fiscais	82.076	163.948	
Obrigações fiscais		248.466	166.390	Estoques de terceiros	(482)	(1.518.781)	
Partes relacionadas	11	3.956.154	561.352	Receita diferida	(109.152)	118.334	
Estoques de terceiros	12	2.366.542	2.367.024	Outros passivos circulante	58.621	62.828	
Receita diferida	13	9.182	118.334	Provisão para descontinuidade	648.882	616.140	
Outros passivos circulante		142.820	84.199	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.113.052	236.032	
		18.624.833	13.398.789	Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para descontinuidade	14	1.278.352	629.470	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(278.999)	(169.773)	
		1.278.352	629.470	Subvenções a realizar	243.179	165.335	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)							
Patrimônio social		699.619	615.017	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(35.820)	(4.438)	
(Déficit) superávit do exercício		(4.260.330)	84.602	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
		(3.560.711)	699.619	Emprestimos tomados com partes relacionadas	3.394.802	551.352	
TOTAL DO PASSIVO		16.342.474	14.727.878	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.394.802	551.352	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Nota	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receitas com subvenções - custeio	16	115.125.395	86.349.143
Receitas com subvenções - investimento	7b	35.820	4.438
Receitas Financeiras		106.099	24.907
Demais receitas		15.382	14.469
TOTAL DAS RECEITAS		115.282.696	86.392.957
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	17	(34.372.448)	(23.365.817)
Custos corporativos compartilhados	18	(6.675.963)	(4.245.363)
Serviços de terceiros	19	(48.947.455)	(39.336.444)
Drogas, medicamentos e materiais	20	(24.244.671)	(15.967.786)
		(114.240.537)	(82.915.410)
Despesas gerais e administrativas	21	(5.274.221)	(3.358.840)
Despesas financeiras		(28.268)	(34.105)
		(5.302.489)	(3.392.945)
TOTAL DAS DESPESAS		(119.543.026)	(86.308.355)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(4.260.330)	84.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
		2017	2016
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(4.260.330)	84.602
Outros resultado abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(4.260.330)	84.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Cifras apresentadas em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão - Hospital Estadual de Urgência e Emergência - Vitória/ES:**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais**

	Patrimônio social	superávit (Déficit) do Exercício	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2016	-	615.017	615.017
Transferência	615.017	(615.017)	-
Superávit do exercício	-	84.602	84.602
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	615.017	(530.415)	699.619
Transferência	(530.415)	530.415	-
Déficit do exercício	-	(4.260.330)	(4.260.330)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	84.602	(4.260.330)	(3.560.711)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 18 de dezembro de 2.015, celebrou com a Prefeitura Municipal de Vitória, contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Estadual de Urgência e Emergência com vigência de 05 (Cinco) anos. **c) Plano de ação - Equilíbrio receitas e despesas:** Em exercícios anteriores a unidade apurou déficits operacionais recorrentes, que levou a Entidade a apurar capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. Nos últimos exercícios, a unidade apurou superávits, entretanto, ainda insuficiente para compensar os déficits acumulados desde o início do contrato de gestão. A Administração da Entidade continuará a implementar esforços para manter o equilíbrio entre as receitas e custos operacionais, e assim reverter a posição do patrimônio líquido negativo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 23 de Março de 2.018. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. • Nota 7 - Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível; • Nota 14 - Provisão para descontinuidade;

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

• **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos.

Imobilizado: Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais).

Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício.

e) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:**

• **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2017	2016
Fundo Fixo	2.000	2.000
Banco (a)	8.501.655	4.029.621
	8.503.655	4.031.621

(a) Corresponde aos valores depositados em contas correntes no Banco Banestes em 31 de dezembro de 2017.

5. CONTAS A RECEBER

Descrição	2017	2016
Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo	4.459.551	7.416.811
	4.459.551	7.416.811

Subsequente ao encerramento do exercício social, e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras pela administração o saldo foi integralmente recebido.

6. ESTOQUES

Descrição	2017	2016
Dietas enterais e parenterais	182.979	71.829
Fios cirúrgicos	61.988	54.038
Materiais de limpeza e lavanderia	103.391	103.552
Materiais hospitalares	1.070.603	1.067.765
Materiais de expediente e impressos	128.626	105.680
Medicamentos	866.422	1.095.309
Materiais de manutenção	144.392	233.798
Uniformes e enxovais	105.171	51.191
Órtese e prótese	23.688	52.568
Demais materiais	98.914	80.087
	2.786.174	2.915.817

7. IMOBILIZADO E SUBVENÇÕES A REALIZAR

a) Composição

Itens	2017		2016	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	1.970	(575)	1.395	1.888
Maquinas e equipamentos	275.619	(25.791)	249.828	122.532
Móveis e utensílios	165.665	(13.892)	151.773	40.916
Adiantamento a fornecedor	5.517		5.517	
Total imobilizado	448.771	(40.258)	408.513	165.335
(-) Subvenções a realizar *	(408.513)		(408.513)	(165.335)
Total Subvenções a realizar (408.513)			(408.513)	(165.335)

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento e monta em 2017 a R\$ 35.820 (2016 R\$ 4.438), mediante ao valor correspondente a depreciação do bem. **b) Movimentação:**

Itens	Saldo em 31/12/16		Adições	Realização - Saldo em 31/12/17	
				Baixas	zações
Equipamentos de informática	1.970				1.970
Maquinas e equipamentos	125.823	149.797			275.620
Móveis e utensílios	41.980	123.685			165.665
Adiantamento a fornecedor		244.382	(238.865)		5.517
(-) Depreciação	(4.438)	(35.820)			(40.258)
Total imobilizado	165.335	482.043	(238.865)		408.513
(-) Subvenções a realizar	(165.335)	(278.999)		35.820	
Total subvenções	(165.335)	(278.998)		35.820	(408.513)
Imobilizado líquido	-	203.045	(238.865)	35.820	-

c) Taxas de depreciação e amortização

As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

8. FORNECEDORES

Descrição	2017	2016
Materiais e medicamentos	1.335.729	1.603.002
Serviços de terceiros pessoa jurídica	1.041.682	2.725.704
	2.377.411	4.328.707

9. HONORÁRIOS MÉDICOS

Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações:

Descrição	2017	2016
Honorários médicos pessoa jurídica	3.666.979	2.172.159
	3.666.979	2.172.159

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2017	2016
Salários e ordenados (a)	2.626.025	1.464.919
FGTS (a)	241.597	194.916
INSS (a)	196.916	167.248
PIS	-	17.895
Provisão de Férias e encargos	2.790.627	1.746.161
Outras	2.114	9.486
	5.857.279	3.600.625

(a) Subsequente ao encerramento do exercício de 2017, os saldos de Salários e ordenados, assim como o FGTS e INSS, foram liquidados em janeiro de 2018.

11. PARTES RELACIONADAS

Descrição	(a pagar)	
	2017	2016
Pró-Saúde - Sede Administrativa (a)	3.956.154	561.352
	3.956.154	561.352

(a) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

12. ESTOQUE DE TERCEIROS

A Pró-Saúde, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Estadual de Urgência e Emergência, unidade pública que já estava em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes a época, auferidos mediante inventário físico. Assim, o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, e em contrapartida reconhecendo esses montantes como obrigação perante o Governo do Estado do Espírito Santo, observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão.

Descrição	2017	2016
Estoques de Terceiros	2.366.542	2.367.024
	2.366.542	2.367.024

13. RECEITA DIFERIDA

Corresponde aos valores pactuados com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, para utilização no custeio do projeto Porta SAMU e investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldo inicial	118.334	-
(+) Recebimento de subvenção para investimento	169.847	293.628
(-) Aquisição de equipamentos (Ativo imobilizado)	(278.999)	(169.773)
(-) Aquisição de bens de pequeno valor / tarifa bancária (Resultado)	-	(5.521)
Saldo final	9.182	118.334

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

14. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO

Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldo inicial	629.470	13.330
Adições (Nota 17 – despesa com pessoal)	725.543	628.289
Baixas por rescisões / transferências	(76.661)	(12.149)
Saldo final	1.278.352	629.470

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça.

16. RECEITAS COM SUBVENÇÕES - CUSTEIO

As receitas com subvenções – custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria de Saúde do Espírito Santo. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2017 montam a R\$ 115.125.395 (Em 2016 - R\$ 86.349.143).

17. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2017	2016
Salários e ordenados	(19.109.091)	(12.767.541)
Horas extras e adicionais	(2.279.100)	(1.281.448)
Décimo terceiro salário	(2.038.835)	(1.350.115)
Férias	(2.026.312)	(1.952.494)
Adicional Noturno	(934.804)	(515.258)
Assistência Médica/Odontológicas	(1.529.219)	(1.193.919)
Cesta Básica / Refeição	(1.061.952)	(733.903)
Vale transporte	(165.207)	(43.325)
Insalubridade	(1.466.855)	(966.176)
FGTS	(2.180.721)	(1.459.358)
Provisão para descontinuidade – Multa rescisória FGTS	(725.543)	(628.289)
Contribuição Patronal ao INSS	(7.300.437)	(4.708.208)
Isonção da Contribuição Patronal ao INSS	7.300.437	4.708.208
PIS	(205.428)	(186.556)
Isonção do PIS (a)	143.463	-
Outras despesas com pessoal	(192.844)	(287.435)
TOTAL	(34.372.448)	(23.365.817)

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

18. CUSTOS CORPORATIVOS COMPARTILHADOS

Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

19. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2017	2016
Serviços diversos pessoa jurídica	(4.418.775)	(9.260.962)
Serviços médicos pessoa jurídica	(43.646.105)	(29.545.963)
Serviços de lavanderia terceirizada	(882.575)	(524.938)
Serviços diversos pessoa física	-	(4.581)
TOTAL	(48.947.455)	(39.336.444)

20. DROGAS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Descrição	2017	2016
Medicamentos	(5.799.592)	(4.084.592)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(1.310.556)	(670.567)
Órtese e prótese	(2.555.895)	(1.754.820)
Materiais de uso do paciente	(5.726.886)	(3.340.837)
Gases medicinais	(272.751)	(228.402)
Alimentação terceirizada	(5.619.899)	(3.632.033)
Materiais de limpeza e lavanderia	(821.961)	(712.689)
Combustíveis e lubrificantes	(117.417)	(2.963)
Materiais de conservação e reparos	(734.356)	(249.088)
Impressos e materiais de expediente	(621.216)	(342.516)
Peças e acessórios de reposição	(102.607)	(157.743)
Uniformes e enxovais	(238.109)	(181.197)
Outros	(323.426)	(609.979)
TOTAL	(24.244.671)	(15.967.786)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	2017	2016
Depreciação e amortização	(35.820)	(4.438)
Manutenções	(810.144)	(616.060)
Viagens e ajuda de custo	(112.028)	(92.472)
Locações	(590.935)	(319.366)
Energia elétrica, água, gás e telefonia	(2.071.209)	(2.062.038)
Bens de pequeno valor	(2.659)	(5.470)
Software	(514.196)	(152.384)
Segurança e Vigilância	(897.068)	-
Outras	(240.162)	(106.612)
TOTAL	(5.274.221)	(3.358.840)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	8.503.655	4.031.621
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber – Contrato de Gestão	4.459.551	7.416.811
TOTAL	12.963.206	11.448.432

Descrição	2017	2016
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.377.411	4.328.707
Honorários médicos	3.666.979	2.172.159
Partes relacionadas	3.956.154	561.352
TOTAL	10.000.544	7.062.218

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

23. INSS COTA PATRONAL

(a) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CE-BAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SI-PAR nº 25000.100966/2015-61 o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b)

Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 – Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) **Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

24. IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual de Urgência e Emergência – Vitória/ES, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS e do PIS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2017	2016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	3.458.481	2.591.789
Contribuição patronal ao INSS	7.300.437	4.708.208
PIS sobre a folha de pagamento	143.463	-
TOTAL	10.902.381	7.299.997

25. PACIENTES ATENDIDOS

A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente	Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pro-Saúde
Paulo Vanderlei S dos Santos Diretor Geral do Hospital	Adriana Moraes Macagnan Diretor Adm. Financeiro do Hospital
Geralda Sérvola dos Santos Contadora	David Martins Ferreira Contador Geral CRC:
CRC MG- 064246/O-1 T-ES	SP195413/O-2 "S" ES

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Estadual de Urgência e Emergência Vitória/ES. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual de Urgência e Emergência – Vitória/ES (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A unidade, no exercício de 2.017 apurou déficit operacional, fato que tornou o capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

Administração está implementando esforços para manter o equilíbrio entre as receitas e despesas operacionais através da repactuação do contrato de gestão, e assim reverter à posição do patrimônio líquido negativo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 23 de Março de 2018.

LM AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - ES

Protocolo 387140

SÓ QUEM É MULHER SABE, MAS TODO MUNDO PODE AJUDAR.

*Não dá pra ser indiferente em casos de agressão.
Você pode fazer a diferença. Somente com o envolvimento de
todos, podemos mudar essa realidade.*

#SÓQUEMÉMULHERSABE

#CHEGADEVIOLÊNCIA

**DENUNCIE:
181**

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

